
**AS VÁRIAS MANEIRAS DE LUTAR:
O TRABALHISMO NA UNIÃO OPERÁRIA DO ENGENHO DE
DENTRO¹**

Glauco José Costa Souza

Graduando do 7º período em Licenciatura em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ-IM). E-mail: glauco.josecosta@hotmail.com.

¹ Este artigo foi idealizado e concretizado originalmente como requisito necessário para aprovação na disciplina História do Trabalho no Brasil Republicano, ministrada pelo professor Doutor Alexandre Fortes, no curso de Licenciatura em História da UFRRJ, *campus* Nova Iguaçu.

AS VÁRIAS MANEIRAS DE LUTAR: O TRABALHISMO NA UNIÃO OPERÁRIA DO ENGENHO DE DENTRO**DIFFERENT WAYS OF FIGHTING: THE LABOR MOVEMENT IN THE ENGENHO DE DENTRO WORKERS UNION**

Glauco José Costa Souza

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar de quais maneiras o trabalhismo se manifestou no início do século XX no Rio de Janeiro. Para esta análise, a União Operária do Engenho de Dentro será utilizada como exemplo, pois através dela alguns trabalhadores fizeram uso de mecanismos moderados para solucionar seus problemas. Ao mesmo tempo em que as greves foram uma importante arma para isso, a busca por apoio parlamentar e, conseqüentemente, a garantia legal de determinados direitos básicos, permitiu a uma parcela da nascente classe operária brasileira atenuar suas péssimas condições laborais.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhismo, Anarquismo, Greve, Trabalhadores.

ABSTRACT

This article aims to present the ways whereby the labor movement manifested itself in the early twentieth century in Rio de Janeiro. For this analysis, the Engenho de Dentro Workers Union (“*União Operária do Engenho de Dentro*”) will be taken as an example of how some workers used moderate mechanisms to solve their problems. While the strikes were an important weapon for this, the search for legislative support and, hence, the legal guarantee of certain basic rights has made it possible for part of the arising Brazilian working class to soften their terrible working conditions.

KEYWORDS: Labor Movement, Anarchism, Strikes, Workers.

Introdução

A Proclamação da República aconteceu no ano seguinte ao da assinatura da Lei Áurea, fazendo com que o novo regime político nascesse em uma sociedade que praticava, ao menos formalmente, o trabalho livre. Contudo, o ato político de 1889 não trouxe grandes soluções para os principais problemas do cotidiano da sociedade brasileira, dentro da qual está inserida a classe trabalhadora.

A história do trabalho vem ficando cada vez mais especializada nas últimas três décadas e tem modificado seu olhar sob a relação trabalho escravo e trabalho livre. Produções, como a de Sidney Chaullob e Fernando Teixeira da Silva, apontam a mudança de paradigma neste sentido, isto é, o de que prevalece o paradigma da agência, segundo o qual escravos, libertos e trabalhadores urbanos atuaram no mesmo espaço temporal e cronológico.

O presente artigo parte desta nova perspectiva de enxergar o campo da história do trabalho sem desconsiderar o conhecimento construído até agora. A análise buscará traçar um paralelo entre as ações da União Operária do Engenho de Dentro, durante os anos de 1903 a 1905, quando sua presidência foi ocupada pelo anarquista Antonio Augusto Pinto Machado², e de outras categorias profissionais nos cenários de crise que circundaram esse período. Mais do que propriamente descrever as ações destes grupos, o estudo buscará identificar as razões que permitiram a União Operária fazer uso de outros artifícios, além da greve, para alcançar melhorias nas condições laborais de seus associados.

Para tanto, o jornal *Correio da Manhã* é a fonte analisada que, juntamente com a biografia utilizada sobre a história do trabalho no Brasil republicano, nos permite traçar um panorama das ações operárias durante o período proposto, sobretudo em relação à greve dos alfaiates ocorrida em agosto de 1903, no Rio de Janeiro.

² Antonio Augusto Pinto Machado ocupou a presidência da União Operária do Engenho de Dentro entre julho de 1903 a julho de 1909 (*Correio da Manhã*, 23/07/1909).

Anarquismo x Trabalhismo

O anarquismo, segundo Boris Fausto, pode ser entendido como uma ideologia social que visa a estabelecer “modificações fundamentais na estrutura da sociedade com o objetivo de substituir a autoridade do Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres” (FAUSTO, 1977, p.63).

No Brasil, o movimento anarquista da Primeira República “está associado a um sistema de pensamento cientificista, corporificado no evolucionismo e no livre pensamento” (idem, ibidem, p.71) que se voltou contra as instituições retrógradas até então instaladas, dentre as quais estão a igreja e o Estado burguês opressor. Apesar disso, a presença de um líder com essa ideologia não fez com que a União Operária do Engenho de Dentro tomasse medidas radicais para a defesa dos interesses de seus associados.

O trabalhismo carioca foi a ideologia “dominante na última década do século XIX” (idem, ibidem, p.41,) e, embora tenha perdido espaço para o anarquismo, nunca desapareceu por completo nos anos seguintes. No Rio de Janeiro, sua presença é facilmente notada nos segmentos menos dependentes das classes agrárias e principalmente naqueles indivíduos responsáveis pelos serviços vitais para a economia do país, como os marítimos, doqueiro e ferroviários, em cuja categoria estão os trabalhadores associados à União Operária do Engenho de Dentro.

Um caminho importante para entendermos as razões de esse grupo, definido como trabalhista, tomar atitudes mais brandas dentro de um cenário caótico, como o do início do século XX no Rio de Janeiro, é compreender que a Capital Federal tem um processo histórico diferente do de São Paulo. O movimento operário paulista já surgiu “sob a inspiração de ideologias revolucionárias ou classistas – o anarquismo e, em muito menor grau, o socialismo reformista” (idem, ibidem, p.60).

Neste sentido, Cláudio Batalha apresenta uma perspectiva que nos é importante para compreender as atitudes da União Operária do Engenho de Dentro. Segundo ele, a ideia que se faz do proletariado europeu e que se toma para comparar com o brasileiro é, por si só, equivocada, pois os “artesões e trabalhadores desqualificados, descritos por E. P. Thompson

na sua obra clássica, não deixam de lembrar o proletariado do Brasil no início do século XX” (BATALHA, 2003, p.116). Batalha acredita que os trabalhadores apresentados pelo autor inglês não são, em um primeiro momento, “o proletariado descrito por Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista como ‘a classe verdadeiramente revolucionária’” (idem, 1999, p. 112).

Sendo assim, considerando os aspectos historiográficos acima e o ambiente no qual a maioria dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil viviam, é possível, tornando mais complexo um objeto que erroneamente era considerado apenas por seus aspectos mais simples, entender algumas atitudes dessa associação.

A União Operária do Engenho de Dentro diante da greve

A União Operária do Engenho de Dentro foi uma entidade criada em 14 de julho de 1889 para a defesa dos interesses daqueles que a ela se filiaram, “cujos associados na sua maioria são operários da E. de F. C. do Brazil” (*Correio da Manhã*, 19/08/1903). O período de sua história que será analisado neste artigo perpassa pelos anos de 1903 a 1905, quando o distinto grupo esteve sob a presidência de Antonio Augusto Pinto Machado.

“Pinto Machado surgiu no Rio de Janeiro entre os fins de 1902 e início de 1903” (FAUSTO, op. cit., p.53). Após o influente anarquista crescer no ramo têxtil, ele foi para a União Operária do Engenho de Dentro, da qual se tornou “presidente em julho de 1903, ampliando os quadros associativos” (idem, ibidem, p.53). Já no mês seguinte ao de sua posse, uma grande greve de alfaiates eclodiu no Rio de Janeiro. Foram quase vinte dias de paralisação, nos quais os momentos de tensão nos ajudam a compor um interessante quadro.

O movimento teve início na Companhia de Fiação e Tecidos Aliança, localizada no bairro das Laranjeiras. Por volta das 11 horas da manhã do dia 14 de agosto de 1903, as diversas seções da fábrica deixaram de funcionar, mas os operários permaneceram pelas imediações do estabelecimento conversando amigavelmente. A diretoria da empresa, diante daquele fato, solicitou apoio do departamento policial da 17ª circunscrição e “do dr. [Cardoso Castro] chefe de polícia, que enviou a fabrica uma força policial de 20 praças de infantaria da

Brigada Policial e outra de 10 praças de cavalaria, do regimento policial” (*Correio da Manhã*, 15/08/1903).

A polícia era uma instituição central no movimento grevista. É preciso lembrar que as greves eram consideradas crime no Código Penal de 1890, logo, “inexistindo as agências do Estado para lidar com conflitos entre patrões e empregados, a polícia destinada à manutenção da ordem pública, passa a interferir, sendo mesmo reconhecida como mediadora” (BRETAS, 1977, p.95). Isso acontece no movimento de 1903 que, segundo José Murilo de Carvalho, é quando ocorre “o primeiro ensaio de greve geral na história da cidade” (1990, p.121).

Dentre as muitas razões que estimulariam os trabalhadores da época a entrarem em greve, neste caso específico, foi “o facto de terem sido pela directoria do estabelecimento dispensados dois operários, que cometeram faltas diversas” (*Correio da Manhã*, 15/08/1903). Ainda que não possamos determinar quais tipos de infrações eram essas, o fato de o grupo de trabalhadores abraçar a causa dos colegas despedidos demonstra a existência de uma consciência de classe.

Contudo, a situação dos trabalhadores nas fábricas de tecido espalhadas pela Capital Federal não era das melhores, como também não o era a realidade de outras diversas categorias profissionais. No caso da classe dos alfaiates isso fica ainda mais claro porque o movimento grevista espalhou-se da Fábrica Alliança para as fábricas do Bonfim, Jardim Botânico, Carioca e Cruzeiro. Por essas adesões, podemos perceber que os problemas dos tecelões não se limitavam a readmissão de alguns colegas.

Para a Sociedade dos Operários do Jardim Botânico, por exemplo, as reivindicações eram variadas, o que nos mostra bem quais eram as reais necessidades da categoria:

Os operários da fábrica Carioca reuniram-se hontem na sede da Sociedade dos Operários do Jardim Botânico e resolveram enviar a directoria uma representação pedindo o dia de 8 horas, 40% de augmento nos salários da secção de tecelagem, 30% para a de carretéis, etc., 500 réis de augmento diário para os trabalhadores braçaes, a retirada dos aparelhos denominados chuceiros, a readmissão dos operários Antono Duarte e Marcellino Galvez, reprehensão ao contra-mestre Paulino Vieira Gomes, da secção de creanças, e que o abono seja feito em dinheiro, sendo abolido os cartões (*Correio da Manhã*, 17/08/1903).

A necessidade de aumento salarial no período em que a inflação era elevada, ainda como reflexo dos efeitos negativos do Encilhamento, a redução da jornada de trabalho a fim de permitir que aquele cidadão tivesse tempo para realizar atividades além das laborais e a garantia contra demissões arbitrárias e outros instrumentos de degradação moral eram algumas das exigências dos alfaiates no período. Apesar desse quadro caótico, em que a atuação unida e forte dos trabalhadores brasileiros deveria propiciar uma melhoria de vida para todos os envolvidos, não havia unanimidade quanto ao caminho de reivindicação adotado. Assim como algumas fábricas de tecidos, dentre as quais está à fábrica de Bangu (uma das principais do ramo na época), não aderiram ao movimento grevista, outras associações também o condenaram.

A União Operária do Engenho de Dentro, ao ter que escolher entre apoiar a greve dos colegas tecelões ou se manter a parte desse movimento, optou pelo segundo caminho. A associação, que a época estava sob o comando de um influente anarquista, decidiu manter-se em um viés trabalhista para resguardar os seus interesses.

Isso não significava que a União Operária ignorasse “a necessidade que existe de melhoras a sorte de seus companheiros das fabricas de tecido” (*Correio da Manhã*, 19/08/1903), mas que discordava quanto ao método utilizado para tanto. A greve, para esta associação, gerava espaço para a prática de “arruaças, que desmoralizam a nossa classe” (*Correio da Manhã*, 19/08/1903), além de que, em um período cujas garantias trabalhistas eram frágeis, a interrupção geral do trabalho fazia “todos ficaram sem pão num só dia” (*Correio da Manhã*, 19/08/1903), ou seja, sem remuneração.

A grande preocupação da União Operária foi justamente com o impacto negativo que a interrupção dos serviços provocava, uma vez que o embate entre o operariado e o patronato acabava causando mais prejuízos do que benefícios aos trabalhadores. É por essa razão que Pinto Machado exortou, em carta publicada pelo *Correio da Manhã* no dia 19 de agosto de 1903, os associados da União Operária do Engenho de Dentro a “aguardarem pacificamente a aprovação do projecto em discussão na Câmara dos Deputados, crentes de que o dicto projecto será vencedor e, tanto mais, sendo, como é, de toda a justiça”.

A posição moderada, por assim dizer, adotada pela União Operária foi ao encontro dos ideais trabalhistas ainda presentes em algumas categorias de profissionais do Rio

de Janeiro na aurora do século XX. O alto poder de barganha da classe ferroviária, responsável pelo transporte de pessoas e mercadorias dentro do país e até o porto, lhes permitiu estabelecer melhores negociações com seus patrões.

A União Operária do Engenho de Dentro, enquanto representante desta ideologia, estava ciente da “impossibilidade de se concretizar um conjunto de reivindicações mínimas sem a sua fixação em lei” (FAUSTO, op. cit., p.58). Por isso ela adotou uma atitude mais calma no momento de reclamar seus direitos e viu nas greves dos alfaiates o oposto de tudo que acreditava. Ao que parece, a União Operária seguia um pouco das ideias apresentadas por Joaquim de Sampaio Ferraz, que em 16 de setembro de 1903, durante conferência realizada no Salão desta associação,

Terminou aconselhando calma, prudência e critério por parte dos que trabalham. Afirmou que as sympathias dos legisladores estariam sempre com o direito e com os grandes interesses do operariado nacional, pois o próprio presidente da República lhes era afeiçoado, mas, que era indispensável reclamar garantias dentro do justo e do legítimo, jamais se afastando do terreno da ordem e da tranquilidade de animo (*Correio da Manhã*, 17/09/1903).

A fala do egrégio engenheiro ilustra bem o pensamento da associação. Em momento algum a União Operária do Engenho de Dentro abriu mão de lutar pelas melhorias das condições de trabalho dos seus associados, mas o caminho para isso não foi entrando em choque com o governo. Ela adotou atitudes dentro do terreno da ordem e da tranquilidade, valendo-se das relações cordiais com membros dos poderes públicos e do seu próprio poder de barganha para alcançar tal finalidade.

Muitas das necessidades apresentadas pelos alfaiates também estavam presentes entre os ferroviários. Pedidos de melhorias salariais e redução da jornada de trabalho eram perceptíveis em ambas às categorias, mas a maneira de alcançá-las foi diferente. Os alfaiates optaram pela greve, os ferroviários não.

União Operária do Engenho de Dentro e os caminhos do trabalhismo

O agitado ano de 1903 foi um momento em que relações conflituosas predominaram na Capital Federal, deixando transparecer as feridas que permeavam nas classes pobres ali presentes. A greve foi um forte indício de que esses problemas já estavam saturando os trabalhadores. Não obstante, é preciso entender que as relações sociais que foram se estabelecendo no Rio de Janeiro no início do século XX são por demais complexas, ao ponto de ser impossível, a partir de um único objeto, descrevê-las em sua totalidade.

Pelo exemplo apresentado da greve dos alfaiates e que, posteriormente, se alastrou para outras categorias, fica mais fácil concordar com Maria Celi Paoli (1987), quando a autora afirma que antes dos anos 1930 a classe trabalhadora brasileira viveu um período de intensas lutas pró-melhorias no ambiente de trabalho, nos salários e pela redução das jornadas extenuantes.

O que parece ter sido observado pela historiografia tradicional como apatia por parte do movimento operário brasileiro, na verdade pode ser enxergado como um conjunto de diferentes maneiras desses trabalhadores lutarem por modificações nas suas realidades.

Se, por um lado, temos a relação conflituosa dos alfaiates com seus patrões por melhorias laborais, por outro temos a relação mais pacífica da União Operária do Engenho de Dentro, a qual se valendo do que José Murilo de Carvalho (1990) chama de Estadania, fez uso de relações cordiais com membros do poder público para ter suas reivindicações atendidas.

Para os trabalhadores da Estrada de Ferro Central do Brasil, a jornada de trabalho das seis da manhã até às quatro e meia da tarde era ruim (*Correio da Manhã*, 17/12/1903). Dez horas por dia entregue a um trabalho repetitivo e pouco estimulante foi algo que os associados da União Operária do Engenho de Dentro se queixaram bastante; uma reclamação, aliás, muito semelhante a dos alfaiates e, certamente, de várias outras categorias profissionais. A saída buscada pela entidade para atender aos anseios de seus signatários não foi a de entrar em choque contra o governo republicano. A União Operária buscou o apoio do Dep. Ricardo de Albuquerque que, muito solícito, assumiu uma atitude favorável a esses trabalhadores na Câmara dos Deputados, até porque as justas pretensões da associação faziam parte do

“projecto por ele emendado, e que com tanta eloquência defendeu” (*Correio da Manhã*, 25/11/1903).

Para o Deputado havia algum interesse maior do que a simples implantação de seu projeto: os votos dos associados da União Operária, que inclusive não se limitavam ao Rio de Janeiro, certamente lhe chamaram a atenção.

A União Operária do Engenho de Dentro, por intermédio de sua diretora Elisa Scheid, disponibilizava escolas populares aos seus associados e familiares que, conseguindo alfabetizar-se, poderiam votar. As aulas eram de matérias que iam além da leitura e da escrita, como poderemos ver abaixo, e possuíam horários acessíveis aos trabalhadores.

Ficou assim organizado pela directora da instrucção propagadora e mantida por esta associação, a sócia d. Elisa Scheid, de accordo com os professores, o horário das aulas nocturnas: segundas, quartas e sextas, portuguez, das 7 ás 8, arithmetica das 8 ás 9, francez das 9 ás 10; terças, quintas e sabbados, portuguez das 7 ás 8, sociologia das 8 ás 9, desenho das 9 ás 10.

Para as aulas diurnas a professora em exercicio seguirá um regimento interno especial (*Correio da Manhã*, 23/04/1905).

O viés pacífico adotado pela União Operária encontrou respaldo perante os poderes públicos e, no início de 1904, o desejo de trabalhar oito horas por dia foi contemplado pela diretoria da E. de F. Central do Brasil, como prova a comemoração no dia 06 de fevereiro de 1904, que contou, inclusive, com a queima de “muitas gyrandolas de foguetes” (*Correio da Manhã*, 07/02/1904). Sendo assim, diante dessa conquista, “nada mais justo” do que enviar um officio ao Dep. Ricardo d’Albuquerque, agradecendo-lhe o apoio (*Correio da Manhã*, 09/02/1904) e retribuir isso com votos nas próximas eleições.

Assim, o poder de barganha criado pela União Operária de Engenho de Dentro permitiu a esta associação negociar a redução da jornada de trabalho de parte dos seus associados de maneira pacífica. Os fatos relatados pelo *Correio da Manhã* nos ajudam a enxergar isso, principalmente quando comparamos com as atitudes dos alfaiates e das outras categorias profissionais naquele agitado ano de 1903. Nem só de greve se valeram os trabalhadores brasileiros no início do período republicano, já que muitas brechas foram encontradas para dar voz a este grupo.

Conclusão

Por meio deste artigo é possível perceber o quão complicado é estudar a história do trabalho no Brasil republicano. A variedade de indivíduos, de interesses, de pensamentos e de formas de agir produz um gama de interpretações que nos impede de observar o objeto por completo. Em nossa análise, por exemplo, o recorte feito nas atitudes e discursos da União Operária do Engenho de Dentro e dos tecelões grevista de 1903 permite enxergar uma agulha em um palheiro das mais diversas atitudes no início do movimento operário brasileiro.

Para tanto, é importante observar a diferença de abordagem que há entre a União Operária e os tecelões. Os componentes deste grupo eram majoritariamente indivíduos excluídos do processo político vigente, isto é, não podiam votar ou serem votados já que muitos eram analfabetos. Por outro lado, a certeza de que boa parte dos associados da União Operária poderia participar do processo político se dá com a fundação, em 1905, do Partido Operário Independente por um “avultado número de operários progressistas, na sua maioria associados à União Operária do Engenho de Dentro” (*Correio da Manhã*, 23/04/1905) e com a criação das escolas populares.

Foi esse quadro que a pesquisa observou a partir da bibliografia utilizada e de análises do jornal *Correio da Manhã*. O periódico foi fundado pelo jovem advogado Edmundo Bittencourt em 1901, mas desde o seu início primava por um caráter independente, liberal e doutrinário, se posicionando a favor de medidas modernizadoras e, muitas vezes, contrárias aos interesses oligárquicos. Por esses motivos, o historiador Nelson Werneck Sodré (1966) o caracteriza com um ferrenho opositor de extrema virulência, e é possível identificar como o seu principal leitor a população da classe média. Desse modo, o jornal, ao destacar a movimentação diária dos muitos trabalhadores, atraía esse público como leitor e para mantê-lo continuou a informar sobre esse cotidiano em suas páginas.

Sendo assim, podemos concluir que a classe operária brasileira não se manteve estática até 1930, conforme a historiografia tradicional considera. O fato de os trabalhadores brasileiros no início da República não serem tão revolucionários quanto alguns autores gostariam, não significa que eles tenham se mantido conformados com a realidade, já que as reivindicações trabalhistas eram feitas tanto por meio de ações radicais, quanto moderadas.

Assim como podemos pensar que a cidadania na primeira república não se resumiu (e não se resume) ao direito do cidadão de eleger alguém e ser eleito, também podemos observar que as lutas por melhorias no trabalho foram para além de greves. Outras formas de atuação política por parte da população, nos mais diferentes campos de conflito, buscaram conquistar mudanças e melhorias individuais e coletivas. O trabalhismo foi um destes caminhos, sendo, inclusive, adotado por um integrante da doutrina anarquista, provando que o ambiente em que esses indivíduos estavam inseridos foi determinante para as formas de atuação escolhidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH-Marco Zero, v. 12, n.23/24, p.111-124, set.1991/ago.1992.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). *O Brasil Republicano – O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL*, Campinas, v.6, n. 10/11, p. 41-67, 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p.13-47, 2009.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1977.

FRENCH, John D. A história latino-americana do trabalho hoje: Uma reflexão autocrítica. *História – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS*, Rio Grande do Sul, v.6, n. 6, p. 11-28, 2002.

LESSA, Renato. A invenção da República no Brasil: da aventura à rotina. In: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
PAOLI, Maria Célia. Os Trabalhadores Urbanos na fala dos outros. Tempo, Espaço e Classe na História Operária Brasileira. In: LOPES, José Sérgio Leite. (Org.). *Cultura e Identidade operária: Aspectos da Cultura da Classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, 1987.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Artigo recebido em abril de 2014. Aprovado em maio de 2014.